

A evolução do debate sobre as funções da agricultura

Julia Rossi Pereira e

João Novaes

Na primeira parte deste texto, o foco recai sobre uma concepção do final dos anos 1960 sobre as funções da agricultura. Em seguida, o debate mais recente sobre a multifuncionalidade da agricultura é discutido.

O autor chave da primeira parte é Antônio Barros de Castro, que publicou o livro “Ensaio sobre a economia brasileira”. Este estudo se fundamenta na seguinte indagação: Vem a agricultura cumprindo suas funções no processo de desenvolvimento econômico brasileiro?

Portanto, trata logo de esclarecer quais são estas funções da agricultura no âmbito nacional. Desta forma, afirma que, “atribuir um papel eminentemente passivo à agricultura, é uma grave limitação”. O autor conclui que seu esquema é válido, apesar de alguns limites.

Castro atribui à agricultura as seguintes funções:

- i) Gerar e ampliar permanentemente seu excedente de alimentos e matérias-primas.
- ii) Liberar a mão-de-obra.
- iii) Criar mercado.
- iv) Transferir capitais.

De seu ponto de vista, estas funções foram concebidas em reação ao “industrialismo”, corrente de autores no pós-guerra. Castro assim pretende reafirmar a importância da atividade agrícola, mas a submetendo às lógicas do desenvolvimento industrial.

No debate em sala de aula, foi apontado que a geração de divisas deve ser considerada como uma das funções primordiais da agricultura para o desenvolvimento econômico do Brasil. No entanto, esta função não é lembrada por Antônio Barros de Castro. Porém, a agricultura cumpre o papel de contribuir com o controle da inflação e com a compra de matéria-prima necessária para o desenvolvimento industrial graças à obtenção de divisas. De fato, o país é dependente em grande medida das receitas em moeda estrangeira oriundas da agricultura, principalmente das monoculturas, como café e soja. A produção agrícola é a maior fornecedora de divisas para a economia brasileira, apresentando superávits comerciais expressivos mesmo diante de cenários de taxas de câmbio desfavoráveis.

GERAÇÃO DE UM CRESCENTE EXCEDENTE DE ALIMENTOS E MATÉRIAS-PRIMAS

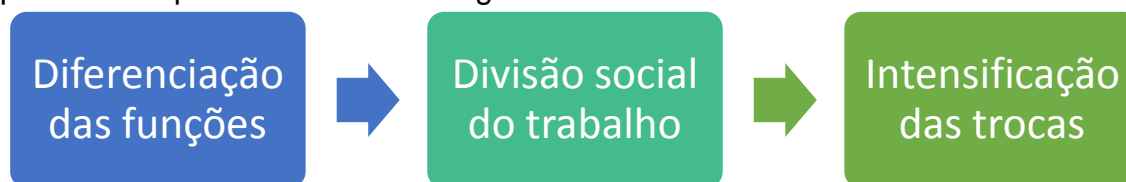
“A geração de um crescente excedente de alimentos e matérias-primas, constitui, na realidade, pré-condição mínima para a ocorrência do desenvolvimento econômico, ou seja, somente quando a população trabalhando na agricultura consegue produzir além das suas necessidades, torna-se possível a uma comunidade (com seus próprios recursos) iniciar um processo de diferenciação de atividades e promover o surgimento da vida urbana” (Castro, 1988)

Em economias com estruturas mais complexas, além de apresentarem o setor exportador, seria necessário, para buscar o desenvolvimento, garantir sucesso nas atividades de subsistência e, deste modo, as atividades relacionadas ao meio urbano se desenvolveriam mais facilmente.

Como era tomada como uma condicionante de maior importância para o desenvolvimento urbano-industrial, a geração de excedentes crescentes na agricultura constitui uma função essencial do setor. Para enfrentar a rigidez e a inércia, típicas da agricultura tradicional, eram necessárias grandes transformações históricas.

Castro insiste na ideia segundo a qual o abastecimento alimentar das cidades e das indústrias foi visto de forma pertinente como essencial para resolver os problemas sociais e econômicos.

Imagem 1: Cadeia de consequências das diferenciações de funções provocadas pelos movimentos migratórios.



Elaborado pelos autores.

Assim, a efetivação do processo industrialização-urbanização tem origem quando a população trabalhando no campo consegue produzir além de suas necessidades. Desta forma, inicia-se um processo de diferenciação de atividades o que promove o desenvolvimento da vida urbana.

LIBERAÇÃO DE MÃO DE OBRA

“A obtenção de um excedente nas atividades agrícolas permite o desvio de mão-de-obra para outras atividades. A contínua retirada de homens do campo foi sempre tida como uma das condições fundamentais do processo de desenvolvimento desde que fornecia às atividades urbanas, a mão-de-obra de que necessitavam para expandir-se.” (Castro, 1988)

O êxodo rural favoreceu à diminuição dos salários oferecidos, aumentando assim, a competitividade das “casas de trabalho” e das primeiras fábricas. Acarretou também o enfraquecimento do poder das corporações de artesões sobre o mercado de trabalho.

Imaginava-se na época do desenvolvimento inicial do capitalismo que a concentração do contingente populacional nas atividades urbano-fabris pudesse provocar a elevação da produtividade no trabalho agrícola. Assim, o movimento favorece o progresso da produção agrária, uma vez que um trabalhador rural passa a sustentar um número maior de trabalhadores nas cidades.

Deste modo, com o aumento demográfico e a oferta de terras em razão das fronteiras agrícolas, sonhava-se com o crescimento e diversificação do complexo industrial urbano. No caso brasileiro, este processo não dependia de altas produtividades no campo.

No entanto, é certo que um acelerado ritmo de crescimento demográfico nas cidades expressa maior disponibilidade de mão-de-obra, pressionando para baixo os salários dos trabalhadores empregados em todos os setores urbanos e industriais. Deste modo, pode-se afirmar que o desenvolvimento tecnológico na cidade e o aumento da eficácia no campo possibilitam enormes saltos de produtividade sem benefícios para o trabalhador. Para esta reflexão convém notar no Brasil que, em pleno processo de expansão industrial, houve a ampliação da população empregada na agricultura, graças ao avanço das fronteiras agrícolas nacionais.

Não demorou para que a crescente oferta de mão-de-obra proveniente das zonas rurais desembarcando nos centros urbanos provocasse desemprego. O crônico desequilíbrio de mercado refletiu nas elevadas lucratividades atingidas pelos empreendimentos manufatureiros, sustentados por salários extremamente reduzidos, mesmo com a elevada produtividade industrial.

A miséria dos trabalhadores rurais, que perdiam diariamente terras e espaço econômico, engrossou ainda mais a movimentação rumo à cidade, generalizando e consolidando grandes disparidades distributivas.

CRIAÇÃO DE MERCADOS

“É impossível fomentar o desenvolvimento interno isoladamente... não há suficiente mercado para os produtos manufaturados num país onde os camponeses, os trabalhadores agrícolas e suas famílias são, ..., demasiados pobres para comprar qualquer produto fabril ou outra coisa, em adição ao pouco que já compraram.” (Castro, 1988)

Era necessário, para a hegemonia do processo industrial, que novos mercados fossem explorados, garantindo, assim, maior demanda para a alta disponibilidade de oferta de produtos industriais e aceleração da capacidade produtiva. Castro lembra que a função mais relevante da agricultura, que parece ter tido importância mais generalizada, foi a criação de um mercado interno para as indústrias locais nas fases primitivas e mais difíceis de seu crescimento. Em princípio, a unidade camponesa não se integra às dinâmicas de divisão de trabalho. Portanto, a especialização profissional na agricultura constitui uma pré-condição para o processo industrial, pois permite a integração das atividades realizadas no universo rural.

Enfim, deve-se destacar a importância da agricultura, como um todo, para a criação de mercado consumidor. Em particular, os agricultores familiares são uma parte importante no consumo de bens industriais, por exemplo, máquinas agrícolas.

TRANSFERÊNCIA DE CAPITAL

“Sendo a industrialização, em seus primórdios, um desdobramento setorial, em que as atividades secundariamente despontam num mundo ainda predominantemente agrícola, é de presumir-se que este setor transfira recursos para a indústria nascente” (Castro, 1988).

Além das transferências de capitais diretas e espontâneas como em razão de heranças e transações familiares, a extração via tributos e a subtração implícita de recursos da agricultura favorece o desenvolvimento industrial.

No Japão, no fim do século XIX, a tributação sobre as atividades do setor agrícola oscilava entre 12 e 20%. Nos demais setores, a quantia arrecadada pelo Estado através de tributações era de 6 a 10 vezes menor.

Portanto, a tributação e a queda relativa dos preços dos produtos primários, de certa forma, contribuíram decisivamente para o acúmulo de capital pelos países produtores, o que fortaleceu e incrementou o processo industrial. Além destes mecanismos, pode-se também considerar as transferências induzidas pelo mercado e efetivadas através de outros dispositivos.

Nos anos 2000, a concepção de uma multifuncionalidade da agricultura rompe com a visão muito economicista dos papéis das atividades agrícolas. Para a realidade rural brasileira, uma pesquisa envolvendo pesquisadores da França e do Brasil permitiu apontar para três níveis de análise (as famílias rurais, o território e a sociedade) como pertinentes para examinar a multifuncionalidade da agricultura familiar. O conceito de multifuncionalidade surgiu com o intuito de chamar a atenção para outras funções da agricultura para além da “função primária” de produzir bens.

Enquanto existem famílias que praticam a atividade agrícola como fonte de renda secundária, há famílias para as quais a agricultura é tida como único meio de sobrevivência. Dessa forma, questiona-se se as políticas públicas de fomento a agricultura familiar se adequam a essa diversidade.

Nesta investigação franco-brasileira, a multifuncionalidade foi expressa de quatro formas:

a) reprodução socioeconômica das famílias rurais: trata-se da geração de trabalho e renda que permita a manutenção das famílias rurais no campo de forma digna. A atividade agrícola própria das famílias rurais pode se subdividir em produção mercantil e de aquela destinada ao autoconsumo. Dessa forma, mesmo ocorrendo a redução da contribuição da produção agrícola mercantil, mantém-se a importância da produção para o autoconsumo familiar. De acordo com os autores desta pesquisa, a renda proveniente dessa produção mercantil é cada vez mais baixa por conta de uma série de dificuldades impostas aos produtores. Como prova disso, os dados da pesquisa permitiram estabelecer uma relação inversa entre o nível de renda monetária das famílias e o peso econômico da produção agrícola mercantil. Isso demonstra que a família rural atua não somente em atividades agrícolas dentro e fora de sua propriedade como também em atividades não agrícolas, ocupando, assim, uma série de setores da economia. Logo, a pluriatividade pode estar associada à multifuncionalidade (mas nem sempre), levando-nos a questionar as fronteiras da ruralidade.

b) promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade: trata-se da função relacionada à disponibilidade, ao acesso ao alimento e à qualidade do mesmo. A produção para autoconsumo foi impulsionada pela baixa contribuição da produção mercantil na renda familiar. Porém, essa atividade é constantemente ameaçada por fatores naturais e econômicos, como indicado

por alguns produtores entrevistados. A produção para consumo próprio também garante a sanidade dos alimentos, o que reduz a complementação com alimentos comprados. De fato, o enfoque da multifuncionalidade ao valorizar a produção para o autoconsumo constitui uma abordagem pertinente para evidenciar a elevada desigualdade social no Brasil.

c) manutenção do tecido social e cultural: além de influenciar na reprodução socioeconômica das famílias rurais e na segurança alimentar, a agricultura contribui também com a identidade social e as formas de sociabilidade das famílias e comunidades rurais. Assim, a atividade agrícola é considerada como a principal pelos indivíduos que se autocaracterizam como agricultores. Ou seja, a agricultura é um fator definidor da identidade social dessas famílias. Aqui, destaca-se a importância de se levar em consideração aspectos como modos de vida e relações com a natureza, parentes e vizinhos, assim como a produção de alimentos para a própria família. Contudo, as constantes dificuldades enfrentadas pela vida no campo, leva os agricultores a valorizar a vida urbana.

d) preservação dos recursos naturais e da paisagem: esse aspecto só pode ser avaliado se levada em conta a relação entre a prática agrícola das famílias e o território que ocupam. O uso sustentável dos recursos acaba variando muito por conta das necessidades diversas do produtor. Como exemplo, é citado o uso de agrotóxicos. O uso de venenos é maior quando o tempo de dedicação a lavoura é menor, por conta da exigência de dedicação em outras atividades contribuindo como fonte de renda. Nesse caso, a relação produtor e recursos naturais varia região para região, de acordo com a visão do agricultor sobre as possibilidades de exploração desses recursos.

A propósito, nem sempre as formas de agricultura preservacionistas são aquelas valorizadas pela nossa sociedade. Em muitos casos, há uma « cobrança social » aos agricultores, sem total conhecimento de suas dificuldades. Assim, são impostas diversas leis e regras que dificultam ainda mais, na prática, a atividade do agricultor, que tem muitas limitações para aplicar efetivamente medidas protecionistas.

Observações finais

Finalmente, observou-se que as quatro funções apresentadas aqui se afastam bastante daquelas da atividade agrícola discutidas anteriormente. Apesar de comumente tidas como externalidades, as funções elencadas na pesquisa, se levadas em conta na formulação de políticas públicas, poderiam garantir um desenvolvimento econômico e social das famílias rurais e da sociedade.

Por outro lado, é possível pensar que a produção de alimentos pode ser eficiente a partir de uma articulação entre as múltiplas funções da agricultura. Desta forma, com o ponto de partida na geração de trabalho e renda que proporcione uma vida digna ao trabalhador rural, a questão da segurança alimentar pode ser bem equacionada. A segurança alimentar se refere também a uma produção isenta de agrotóxicos e insumos industriais. Em seguida, a atividade agrícola deve manter a motivação do agricultor para que mantenha e colabore positivamente na produção de bens públicos. O agricultor deve se orgulhar de sua atividade, mantendo o tecido social e cultural rural e preservando

os recursos naturais e da paisagem. Nesta ótica, uma produção com êxito aproveita o máximo da natureza sem lhe causar danos.

CASTRO, Antônio Barros (1988), Sete ensaios sobre a economia brasileira, 4ª edição, Rio de Janeiro: Forense Universitária